

FERNANDO KUYVEN
COORDENAÇÃO

**NOVAS PERSPECTIVAS DO
DIREITO EMPRESARIAL**

*90 anos do
Prof. Modesto Carvalhosa*

VOL. I

ALESSANDRO OCTAVIANI	LUIZ ANTONIO DE SAMPAIO CAMPOS
ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO	LUIZ FUX
ANA FRAZÃO	LUIZ GASTÃO PAES DE BARROS LEÃES
ANELISE PASCHOAL GARCIA DUARTE	LUIZ KIGNEL
ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA	MARCELO BARBOSA
ARMANDO LUIZ ROVAI	MARCELO VIEIRA VON ADAMEK
ARNOLDO WALD	MARIA CRISTINA PINOTTI
BRUNO CAETANI CARVALHO	MARIANA WEGUELIN VIEIRA
CARLOS HENRIQUE ABRÃO	MAURO GRINBERG
CARLOS KLEIN ZANINI	MILTON BAROSSO FILHO
CARLOS PORTUGAL GOUVÊA	MÁRCIA SETTI
CAROLINE SOMESOM TAUK	NELSON EIZIRIK
DANIEL ATHIAS	NEY WIEDEMANN NETO
DANIEL COELHO	OTAVIO YAZBEK
DANIEL SEIXAS GOMIDE	PAULO DE TARSO DOMINGUES
EDUARDO COELHO LEAL	PAULO SERGIO NIEBUER
EDUARDO SALOMÃO NETO	PEDRO SCHILLING DE CARVALHO
EROS ROBERTO GRAU	RACHEL SZTAJN
FERNANDA FERRARI	RAFAEL ANDRADE
FERNANDO CARBAJO CASCÓN	RAFAELA PARIZOTTO LACAZ MARTINS
FRANCISCO PETROS	RENATO BERGER
FÁBIO ULHOA COELHO	RENATO OCHMAN
HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA	RICARDO VILLAS BOAS CUEVA
HORACIO BERNARDES NETO	RICCARDO GIULIANO FIGUEIRA TORRE
ISABEL FRANCO	ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA
JOSÉ ALEXANDRE TAVARES GUERREIRO	RODRIGO DUFLOTH
JULIA LIMA CARMAGNANI	RUI PEREIRA DIAS
LORENA SCHMIDBAUER PENNA	SHEILA C. NEDER CEREZETTI
LUCIANA DIAS	TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR
LUCIANO BENETTI TIMM	THEODORO ARAÚJO
LUIZ ALBERTO COLONNA ROSMAN	

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo,
Primavera de 2023

Copyright © 2023 by Editora Quartier Latin do Brasil

KUYVEN, FERNANDO. COORDENAÇÃO

Novas Perspectivas do Direito Empresarial, 90 anos do Prof. Modesto Carvalho - Volume I

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

Novas Perspectivas do Direito Empresarial, 90 anos do Prof. Modesto Carvalho - Volume I

1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-235-9

1. Direito empresarial. 2. Sociedade Anônima. 3. Mercado de Capitais.
 4. Direito Econômico. 5. Direito Concorrencial. 6. Tecnologia. 7. Anticorrupção.
 8. Governança. 1. I. Título
-

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro São Paulo

CEP 01129-010

Telefone e whatsapp: +55 11 9 9431 1922

[instagram.com/editoraquartierlatin](https://www.instagram.com/editoraquartierlatin)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação da Obra 21

PARTE I

MODESTO CARVALHOSA, 25

I. Modesto Carvalho: Um Homem Múltiplo, 27

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira

II. Modesto Carvalho, meu Amigo para sempre!, 33

Eros Roberto Grau

III. Prof. Modesto Carvalho – Um grande herói, 35

Isabel Franco

IV. Uma Carreira de Amizade, 43

Renato Ochman

V. Modesto Carvalho – Incansável Batalhador, 47

Roberto Teixeira da Costa

VI. O Cidadão Modesto Carvalho, 53

Theodoro Araújo

PARTE II

SOCIEDADE ANÔNIMA, 63

I. A *Due Diligence* e os Deveres Fiduciários em Operações de M&A de Companhias Abertas, 65

Bruno Caetani Carvalho

Carlos Klein Zanini

1. *Due Diligence*: origem e semântica no contexto das transações de M&A.....65

2. Importação da <i>due diligence</i> ao direito brasileiro.....	67
2.1. Uma <i>due diligence</i> à brasileira?.....	67
2.2. Deveres fiduciários em conflito: representações nos agentes da transação de M&A	70
2.2.1. Deveres fiduciários da administração da compradora: dever de diligência e dever de se informar	71
2.2.2. Deveres fiduciários da administração da sociedade-alvo: dever de lealdade, dever de independência e dever de sigilo.....	74
3. Representações dos deveres fiduciários nas transações de M&A envolvendo companhias abertas.....	76
3.1. Alternativas ao cumprimento do dever de se informar: informações públicas e declarações e garantias	77
3.2. Deveres de sigilo e de independência: limitação à divulgação de informações pela administração da companhia-alvo.....	82
4. <i>Due diligence</i> como costume? Algumas conclusões e reflexões	86

II. O Professor Modesto Carvalho pioneiro da renovação do Direito, defensor da Democracia e da Responsabilidade da Companhia, 89

Arnoldo Wald

Riccardo Giuliano Figueira Torre

1. Introdução	90
2. Modesto Carvalho jurista reformador.....	93
3. Revisitando a Responsabilidade da Companhia Aberta por Prejuízos aos Acionistas.....	98
4. O Dever de Informar das Companhias Abertas	99
5. A base legal da responsabilidade das Companhias.....	106
6. Sanções e Alternativas Processuais.....	111
7. A Questão da Causalidade.....	114
8. Considerações Finais	115

III. Aprovação das demonstrações financeiras e das contas da administração e a ação de responsabilidade contra o administrador: uma breve análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça à luz do princípio da reparação integral, 117

Daniel Coelho

- | | |
|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. O § 3º do artigo 134 da Lei nº 6.404/76 na doutrina..... | 117 |
| 2. O entendimento ainda predominante no Superior Tribunal de Justiça | 119 |
| 3. As mais recentes decisões do Superior Tribunal de Justiça | 121 |
| a. Recurso Especial nº 1.741.338/SP | 121 |
| b. Recurso Especial nº 1224159/SP | 123 |
| 4. Análise Crítica da Evolução do Entendimento Jurisprudencial..... | 125 |
| 5. Conclusão | 129 |

IV. Nota sobre os Dividendos Obrigatórios, 131

Fábio Ulhoa Coelho

- | | |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 131 |
| 2. Os dividendos obrigatórios e a proteção dos acionistas minoritários..... | 134 |
| 3. Os dividendos obrigatórios e o regime de competência | 137 |
| 4. O “ <i>dividendo mínimo obrigatório</i> ”..... | 141 |
| 5. Cálculo dos dividendos obrigatórios | 142 |
| 6. Algumas disposições da LSA e o cálculo dos dividendos obrigatórios | 145 |
| 7. Conclusão | 149 |

V. Efectos del Ejercicio del Derecho de Separación de los Socios en el Derecho Español, 151

Fernando Carbajo Cascón

- | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| I. Introducción | 151 |
| II. Causas de separación en el ordenamiento societario español | 152 |
| III. Los efectos del ejercicio del derecho de separación de los socios en sociedades de capital | 154 |
| IV. Sobre los efectos del ejercicio del derecho de separación de los socios en una sociedad limitada profesional..... | 159 |

**VI. Usufruto de Ações e Impedimento de Voto:
Uma Análise Material dos Efeitos da Cisão
da Propriedade sobre o Exercício dos
Direitos Políticos da Ação, 163**

Henrique Balduino Machado Moreira

Mariana Weguelin Vieira

1. Introdução	163
2. Impedimento de voto na aprovação das próprias contas	164
3. Usufruto de ações.....	167
3.1. O objeto do usufruto de ações.....	170
3.2. As limitações impostas à convenção de voto em contrato de usufruto ...	174
4. Considerações finais.....	177
Referências	178

**VII. O ESG e seu Reflexo na Responsabilidade
dos Administradores de S/A, 179**

Horacio Bernardes Neto

Daniel Seixas Gomide

**VIII. Eleição de conselheiros de administração em
sociedades de economia mista: interpretação sistemática
dos artigos 141 e 239 da Lei das S.A, 189**

Luiz Antonio de Sampaio Campos

1. Quais acionistas compõem a minoria salva-guardada pela disposição do artigo 239 da Lei das S.A.?	192
2. A eleição de conselheiro de administração nos termos do artigo 239 da Lei das S.A. deve observar os requisitos de quórum exigidos pelo artigo 141 do mesmo diploma?	196
3. Como combinar o procedimento de voto múltiplo, estabelecido pelo artigo 141 da Lei das S.A., com a eleição prevista pelo artigo 239 do mesmo diploma?	200
4. É possível cumular a eleição de conselheiros de administração por votação em separado, prevista no artigo 141, §§ 4º e 5º, com a previsão do artigo 239 da Lei das S.A.?	205
5. Quais os impactos da Lei nº 13.303/2016 sobre a interpretação sistemática dos artigos 141 e 239 da Lei das S.A.?	210
6. Conclusões.....	212

IX. O Acordo de Acionistas e a *Pax Romana*, 215

Luiz Kignel

X. O Padrão de Revisão das Condutas dos Administradores à Luz do Artigo 154, *Caput*, da Lei nº 6.404/1976, 225

Marcelo Barbosa

Julia Lima Carmagnani

I. Introdução.....	225
II. Reexame de decisões da administração: cabimento e complexidade.....	230
III. O padrão de revisão de condutas do art. 154, <i>caput</i> , da Lei nº 6.404/1976	232
IV. Conclusão	238
Referências	239

XI. Da Natureza Jurídica do Prazo para o Exercício da Ação Anulatória de Deliberação Assemblear: Comentários ao Recurso Especial nº 11.808-SP, 241

Marcelo Vieira von Adamek

RECURSO ESPECIAL Nº 11.808 – SP	241
Comentário do acórdão por Marcelo Vieira von Adamek.....	244
1. Introdução: o tema central e a causa decidida	244
2. O critério distintivo adotado no acórdão e a sua insuficiência: a literalidade da lei	246
3. O real critério distintivo e as críticas ao entendimento tradicional	247
3.1. Direitos potestativos e direitos subjetivos em sentido estrito: precisões conceituais	249
3.2. Limites temporais dos direitos subjetivos: prescrição e decadência	254
4. Importância prática.....	257
5. Conclusões.....	258
6. Bibliografia	260

XII. Notas para uma Interpretação do Artigo 246 da Lei das S.A., 263

Nelson Eizirik

XIV. Capital Próprio e Alheio no Financiamento Societário. A Subcapitalização e o *Durchgriff*, 273

Paulo de Tarso Domingues

1. A necessidade e a importância do financiamento das sociedades	273
2. A <i>summa divisio</i> no financiamento societário: através de capital próprio e de capital alheio. O financiamento por sócios e por terceiros ...	275
3. A primeira (mas não necessariamente a principal) fonte de financiamento: o capital social	281
4. A dupla vertente da figura: capital social nominal e capital social real.....	282
5. O capital social nominal	283
5.1. O capital social não corresponde à soma do valor das entradas.....	284
5.2. O capital social como a cifra correspondente à soma do valor nominal das participações sociais.....	285
5.3. O capital social no ambiente jurídico-societário de ações sem valor nominal. O capital social declarado (<i>stated capital</i>).....	286
6. O capital social real.....	287
7. Distinção entre capital social e património social	288
8. A subcapitalização e o <i>Durchgriff</i>	291

XV. A Participação da Companhia em Ação de Responsabilidade contra o seu Próprio Controlador, 297

Renato Berger

1. Delimitação do tema e questões a serem respondidas	297
2. Assembleia prévia na ação de responsabilidade do controlador?	299
2.1. Não existe previsão de assembleia prévia no art. 246 A doutrina confirma a desnecessidade Não existe julgado do STJ em sentido contrário.....	299
2.2. O regime legal da ação de responsabilidade contra administradores (art. 159) é notadamente distinto	301
2.3. Motivos de ordem lógica apontam o sentido da regra A coerência do sistema também leva à mesma conclusão.....	302
3. Ação da companhia contra o seu controlador	304
4. Ação proposta por acionista e interesse posterior da companhia em atuar em face do controlador	307
5. Aplicação no caso de arbitragem.....	310
6. Conclusão	311
Bibliografia	313

XVI. Voto Plural e o Reforço da Fragilidade do Sistema de Proteção de Acionistas Minoritários, 315

Sheila C. Neder Cerezetti

Pedro Schilling de Carvalho

Rafaela Parizotto Lacaz Martins

1. Introdução	315
2. Voto plural	318
2.1. Conceito e função.....	318
2.2. Histórico.....	320
2.3. Regime jurídico atual.....	323
3. O debate acerca das ações com voto plural.....	327
4. Avaliação crítica da admissão do voto plural no ordenamento jurídico brasileiro.....	334
4.1. Fragilidade do sistema de proteção dos acionistas minoritários na Lei nº 6.404/1976.....	335
4.2. Insuficiência e inadequação dos mecanismos privados para repressão de abusos do acionista controlador.....	340
5. Conclusão	348
Referências	350

XVII. Novos tempos, leis remendadas, 355

Márcia Setti

Fernanda Ferrari

XVIII. Sobre a Prescrição da Ação de Responsabilidade dos Administradores de Sociedades Anônimas, 367

José Alexandre Tavares Guerreiro

PARTE III

ANTICORRUPÇÃO, GOVERNANÇA E ESG, 383

I. Desenvolvimento, Corrupção e Concorrência: Depois da Catarse e do Dilúvio, para onde ir?, 385

Alessandro Octaviani

I. A falência do combate à corrupção como espetáculo e catarse: três indícios.....	385
------------------------------------------------------------------------------------	-----

I.a. Fragilidade judicial e administrativa: o exemplo da fertilização cruzada entre STF e CADE.....	385
I.b. Porta giratória.....	388
I.c. A dizimação de empresas e empregos.....	389
II. A falência do combate à corrupção como espetáculo e catarse: três premissas equivocadas.....	389
II.a. O equívoco sobre a relação “corrupção – crescimento – desenvolvimento”.....	389
II.b. A premissa da subordinação estrutural aos EUA.....	393
II.c. Disciplina e experiência jurídicas sem critérios de defesa da soberania econômica.....	394
III. Propostas de reconstrução da política anticorrupção: democratização, complexidade e soberania econômicas.....	395

II. Corrupção, Crises e o Papel da Sociedade Civil, 397

Maria Cristina Pinotti

Custos da Corrupção.....	398
A Corrupção no Brasil no Mundo.....	399
Persistência da Integridade ou da Corrupção: o “Bom” e o “Mau” Equilíbrio.....	400
A Pequena e a Grande Corrupção.....	401
O papel da Sociedade Civil.....	403

III. As origens do Movimento Anticorrupção: o Impacto das Reformas Liberalizantes dos Anos 1990-2000, 405

Carlos Portugal Gouvêa

1. Introdução.....	406
2. Democracia e as reformas liberalizantes dos anos 1990 e 2000 na América Latina.....	408
3. Corrupção para além da moralidade e democracia.....	414
3.1. Teoria econômica da corrupção.....	418
3.2. Teoria da corrupção sob a perspectiva do investimento e do comércio internacional.....	424
4. Direito Internacional da Anticorrupção.....	430
4.1. Origens dos esforços internacionais anticorrupção.....	430

4.2. A legislação internacional anticorrupção sobre fóruns de coordenação	435
4.3. A legislação internacional anticorrupção em fóruns conflitivos	439
5. Posfácio: Perspectivas para o Movimento Anticorrupção no Brasil e no Mundo	444
Referências bibliográficas	446

**IV. Responsabilidade Social
Corporativa: Hora de Agir, 449**

Francisco Petros

**V. *Environment, Social and Corporate
Governance*: Qualidade de Vida, Empresas,
Mercados, Instituições e Sociedade, 465**

Rachel Sztajn

Milton Barossi Filho

I. Introdução	465
II Aspectos jurídico-institucionais do modelo de governança ESG	467
III. A teoria do desenho de mecanismos e a <i>environment, social and corporate governance</i>	476
3.1. ESG e desenhos de mecanismo	476
3.2. Evidências empíricas: ESG e desenho de mecanismos	483
IV. Conclusão	488
Referências	490

**VI. Análise Econômica do Direito Societário:
“Uma Outra Visão da Catedral” do Problema da
Governança Corporativa e a Teoria da Agência, 493**

Luciano Benetti Timm

Rodrigo Dufloth

Eduardo Coelho Leal

I. Introdução	493
II. Premissas conceituais: análise econômica do direito (direito & economia ou <i>law & economics</i>)	494
III. Teoria da Agência	496
IV. Exemplos de conflito de agência	500

A. Caso ENRON	500
B. Caso da crise do subprime (2008)	502
C. Caso OGX.....	504
V. Mecanismos de mitigação de custos de agência.....	505
VI. Considerações finais	508

VII. Responsabilidade Social na Atualidade Empresarial, 509

Armando Luiz Rovai

Introdução	510
Conclusão.....	516

VIII. Sustentabilidade e os Interesses dos Não Sócios na Gestão das Sociedades, 519

Rui Pereira Dias

PARTE IV

MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS, 531

I. As Criptomoedas em Ascensão, 533

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Paulo Sergio Nied

Introdução	533
A fase evolutiva da moeda	533
A criptomoeda perante nosso ordenamento jurídico	536
O dinheiro na legislação brasileira.....	537
a) Mercadoria	537
b) Poder liberatório.....	537
c) Curso forçado	538
O papel-moeda.....	539
Enquadramento legal da criptomoeda	540

II. O Novo Mercado de Câmbio Brasileiro, 549

Carlos Henrique Abrão

1. As Reformas Legais do Câmbio	549
2. Modificações do Câmbio e o Respectivo Significado	550
3. Os Reflexos do Mercado e a Nova Lei de Câmbio	552
4. O Poder Regulatório do Banco Central.....	553
5. As Principais Mudanças da Lei de Câmbio.....	554
6. Contexto Geral da Mudança do Câmbio	556
Bibliografia	558

III. As Atividades “Bancárias” das Empresas de Criptoativos, 559

Eduardo Salomão Neto

Introdução	559
O Que São Criptoativos?	560
As Exchanges – Empresas Operadoras de Criptoativos	563
Operações de Crédito com Criptoativos.....	569
Tokenização de Valores Mobiliários	574
Efeitos Cambiais de Operações com Criptoativos.....	578
Conclusão.....	584

IV. Novamente o Conflito de Interesses – O Misterioso Caso dos Fundos de Investimento Imobiliário, 587

Otávio Yazbek

Anelise Paschoal Garcia Duarte

Introdução	587
1. O conflito de interesses nos FII	589
1.1. Breve contextualização acerca do regime dos FII	589
1.2. O tema do conflito de interesses nos FII	591
1.3. O conflito de interesses em assembleias gerais de cotistas.....	593
1.4. A identificação do conflito de interesses em assembleias gerais	595
1.5. Os efeitos do conflito de interesses sobre o direito de voto	598
2. O papel do administrador fiduciário diante de voto proferido em conflito de interesses.....	608

2.1. O papel do presidente da assembleia diante de voto proferido em situação de conflito	608
2.2. O papel do administrador fiduciário no cômputo de votos de consultas formais e a decisão da CVM	610
3. Um caso concreto – a mudança de posição da CVM.....	611
Conclusões	617
Bibliografia	619

V. A Contextualização do Caso Navios e a Governança de Emissores Estrangeiros, 621

Luciana Dias

Rafael Andrade

I. Introdução	621
II. Discussões regulatórias relacionadas aos Depositary Receipts	626
a. Utilidade dos DRs.....	627
b. Riscos inerentes aos DRs e estratégias regulatórias	628
III. O desenvolvimento da regulamentação aplicável aos BDRs.....	632
a. O regime jurídico inicial dos BDRs	633
b. As Instruções CVM nº 331 e nº 332, de 2000 e as reformas de 2006	635
c. A reação da CVM a irregularidades detectadas no setor de BDRs	636
d. A flexibilização da distribuição de BDRs aos investidores de varejo...	639
e. A consolidação do regime jurídico aplicável aos BDRs e aos emissores estrangeiros.....	643
IV. A governança de emissores estrangeiros e a atuação da CVM.....	645
a. Os contextos fático e jurídico presentes no Caso Navios.....	647
b. Caso Navios e o conceito de Mercado Reconhecido.....	650
c. O Caso Navios e as Resoluções CVM nº 182 e nº 183, de 2023	657
V. Conclusão.....	658
Apêndice I – Requisitos necessários para a emissão de BDRs.....	660
Apêndice II – Classificação dos programas de BDRs.....	661

VI. Natureza Jurídica da Garantia Proporcionada pelo FGC a Depositantes em Instituições Financeiras Insolventes, 663

Luiz Alberto Colonna Rosman

Lorena Schmidbauer Penna

A Criação do FGC, sua Finalidade e Evolução do Objeto Social.....	664
-------------------------------------------------------------------	-----

A Garantia Prestada pelo FGC como Modalidade de Seguro.....	673
A Garantia do FGC como Espécie de Fiança.....	679
A Garantia do FGC como Negócio Sui Generis	680
Função Institucional do FGC e da Garantia Proporcionada aos Depositantes.....	685

VII. Parecer – Conflito de Interesses nos Fundos de Investimentos de Participações, 691

Luiz Gastão Paes de Barros Leães

Parecer	692
1. Exposição e consulta.....	692
2. Histórico dos fatos.....	692
3. Quesitos.....	701
4. Considerações preliminares.....	702
5. A assembleia geral de cotistas	706
6. Conflito de interesses.....	709
7. Conclusões.....	717

PARTE V

DIREITO, ECONOMIA, CONCORRÊNCIA E TECNOLOGIA, 719

I. Cláusulas de Não Concorrência: Pressupostos Jurídicos e Econômicos, 721

Ana Frazão

1. Considerações iniciais	721
2. O caráter restritivo e a racionalidade da cláusula de não concorrência sob a ótica do Direito Privado	721
3. O caráter restritivo e a racionalidade da cláusula de não concorrência sob a ótica do Direito da Concorrência	727
4. A racionalidade econômica e jurídica dos demais casos em que se admite a cláusula de não concorrência.....	733
5. Considerações finais.....	737
6. Referências bibliográficas.....	738

**II. Regulação Estatal e Economia Compartilhada:
A ADPF n. 449/DF e as Plataformas Digitais
de Transporte Individual Urbano
no Supremo Tribunal Federal, 741**

Luiz Fux

Introdução	741
1. A proteção dos agentes tradicionais do mercado de transporte em face dos novos concorrentes	743
2. A proteção do consumidor.....	756
3. A proteção da ordem urbanística e do tráfego.....	759
Conclusão.....	765
Referências	766

**III. O Controle de Preços e a Defesa
da Concorrência no Brasil, 769**

Mauro Grinberg

Daniel Athias

1. Introdução	769
2. Breve história dos planos econômicos e do controle de preços.....	770
3. Os preços e o controle concorrencial no Brasil.....	775
4. Conclusão	782
Referências	783

**IV. Dados como tema constitucional –
Trabalho em homenagem a Modesto Carvalhosa, 785**

Tercio Sampaio Ferraz Junior

STF: sigilo de dados	785
O artigo	787
A jurisprudência do STF.....	789
Sigilo de dados na jurisprudência atual do STF	791
Dados como conceito	793
Transsubjetividade	798

V. Segredo do Negócio na Economia Digital: A Proteção do Programa de Computador, Algoritmo e Banco de Dados, 801

Ricardo Villas Bôas Cueva

Caroline Somesom Tauk

1. Introdução	801
2. Noções gerais do segredo do negócio	802
3. A sociedade do conhecimento e a economia digital	805
4. Programas de computador como segredo do negócio	807
5. Algoritmos como segredo do negócio	809
6. Base de dados como segredo do negócio	812
7. Considerações finais	815
Referências bibliográficas	815

VI. Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais na Atividade Empresarial, 817

Ney Wiedemann Neto

Introdução	817
1. Determinações da Lei Geral de Proteção de Dados	818
2. Impactos na atividade empresarial à luz da responsabilidade civil	831
Conclusão	846
Bibliografia	847

FERNANDO KUYVEN
COORDENAÇÃO

NOVAS PERSPECTIVAS DO
DIREITO EMPRESARIAL

90 anos do
Prof. Modesto Carvalho

VOL. II

AFFONSO CELSO PASTORE	JOSÉ CARLOS DE MAGALHÃES
ÁLVARO FERRAZ	JOSÉ HENRIQUE LONGO
ANA TEREZA BASILIO	JOSÉ HORÁCIO HALFELD REZENDE RIBEIRO
ANDRÉ ELIAS SCHWARTZ	JOSÉ MARCELO MARTINS PROENÇA
BENEDITO GONÇALVES	JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI
BRUNO MIRAGEM	JOÃO PAULO HECKER
CARLOS ARI SUNDFELD	LEONARDO MOREIRA COSTA DE SOUZA
CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO	LUIZ FERNANDO HALEMBECK
CLAUDIO LUIZ BUENO DE GODOY	MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO
CLÁUDIO FINKELSTEIN	MARCELO BARBOSA SACRAMONE
DANIELA MONTEIRO GABBAY	MARIANA PARGENDLER
DANIELLE TAVARES PEÇANHA	MASSAMI UYEDA
EDUARDO AZUMA NISHI	NATASHA MIDORI HINATA
EDUARDO BARBOZA MUNIZ	NEWTON DE LUCCA
EDUARDO DA SILVA MATTOS	OTAVIO LUIZ RODRIGUES JR.
ERASMO VALLADÃO AZEVEDO E NOVAES FRANÇA	PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO
FABIANE VERÇOSA	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON
FELIPE RONCO	PAULO PENALVA SANTOS
FERNANDA FARINA MANSUR	PHILIPPE PEYRAMAURE
FERNANDO EDUARDO SEREC	PIERRE MOREAU
FERNANDO KUYVEN	RAFAEL PETEFFI DA SILVA
FERNANDO PEREIRA ZACHARIAS	RENATO CESAR GUEDES GRILO
FLÁVIO LUIZ YARSELL	RENATO XAVIER DA SILVEIRA ROSA
FRANCISCO REZEK	RICARDO MARIZ DE OLIVEIRA
GABRIEL DE ORLEANS E BRAGANÇA	ROBERTO DUQUE ESTRADA
GILBERTO GIUSTI	ROBERTO ROSAS
GIOVANNI EITORE NANNI	RODRIGO FLUX
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA	RODRIGO XAVIER LEONARDO
GUSTAVO TEPEDINO	RONALDO VASCONCELOS
HAMID BINE	SIDNEI BENETI
HENRIQUE DE OLIVEIRA LIMA BRAGA	SÉRGIO MOURÃO CORRÊA LIMA
ILAN GOLDBERG	THOMAS BENES FELSBERG
J. M. COUTINHO DE ABREU	VICTORIA VACCARI VILLEIA BOACNIN
JACINTHO ARRUDA CÂMARA	VIVIANE MULLER PRADO
JORGE LOBO	

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo,
Primavera de 2023

Copyright © 2023 by Editora Quartier Latin do Brasil

KUYVEN, FERNANDO. COORDENAÇÃO

Novas Perspectivas do Direito Empresarial, 90 anos do Prof. Modesto Carvalho - Volume II

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

Novas Perspectivas do Direito Empresarial, 90 anos do Prof. Modesto Carvalho Volume II - 1ª ed. - São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-236-6

1. Direito empresarial. 2. Direito Societário. 3. Insolvência. 4. Processo Civil Empresarial. 5. Arbitragem; Contratos; Direito Privado. 6. Insolvência.

1. I. Título

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro São Paulo

CEP 01129-010

Telefone e whatsapp: +55 11 9 9431 1922

[instagram.com/editoraquartierlatin](https://www.instagram.com/editoraquartierlatin)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

PARTE VI DIREITO SOCIETÁRIO E EMPRESARIAL, 27

I. Apuração de Haveres na Dissolução Parcial de Sociedades e o Princípio da Preservação da Empresa – Novo Rumo Jurisprudencial, 29

Eduardo Azuma Nishi

1. Introdução – Relevância do tema.....	29
2. Evolução Normativa dos Critérios de Apuração de Haveres	31
3. Atual critério legal de apuração de haveres	38
4. Tratamento dos Intangíveis.....	42
5. Orientação Jurisprudencial em relação ao fundo de comércio na apuração de haveres	46
6. Recente julgado do STJ – <i>Turning point</i> na posição consolidada da jurisprudência	56
7. Conclusão	59
Bibliografia	63

II. A Distinção entre Sociedades Simples e Empresárias; A Sociedade que tem por Objeto Serviços de Natureza Intelectual Caracteriza-se como Sociedade Simples, qualquer que seja a Forma de sua Organização e o Tipo Societário que Adote, 65

Erasmu Valladão Azevedo e Novaes França

III. Sociedade em Conta de Participação: Dissolução e Apuração de Haveres, 83

Hamid Bdine

1. Dissolução da sociedade em conta de participação	83
2. Conclusão	90

IV. Estado de Direito e Empresa (Sociedade) de Direito, 91

J. M. Coutinho de Abreu

1. Notas sobre o Estado de direito	91
2. A empresa (sociedade) no Estado de direito	93
2.1. Subordinação à lei.....	93
2.2. Entre regulação legal, desregulação e autorregulação	93
3. A empresa (sociedade anónima) como estado de direito.....	98
3.1. Modelo «democrático» oitocentista e outros	98
3.2. Para a democracia económica e social na empresa?	106

V. Críticas à Desconsideração da Personalidade Jurídica, 111

Jorge Lobo

I. A problemática desconsideração da personalidade jurídica	111
II. Princípio da segurança jurídica versus princípio da justiça.....	112
A. Princípio da segurança jurídica	113
B. Princípio da justiça	114
III. Personalidade jurídica da companhia.....	115
A. Distinção entre a companhia e seus acionistas	115
B. Autonomia patrimonial da companhia.....	116
C. Limitação da responsabilidade do acionista	116
D. Conclusões.....	118
IV. Desconsideração da personalidade jurídica	119
A. Desconsideração da personalidade direta.....	119
(a) Desconsideração da personalidade direta na doutrina.....	119
(b) Desconsideração da personalidade direta na jurisprudência	120
B. Desconsideração da personalidade inversa.....	120
(a) Desconsideração da personalidade inversa na doutrina	120
(b) Desconsideração da personalidade inversa na jurisprudência	121
(c) A desconsideração da personalidade inversa é um “veneno”	122
V. Desconsideração da personalidade direta e inversa para atingir bens e direitos dos administradores	125
A. Inexistência de fundamento teórico	125
B. Art. 50 do Código Civil	126
C. Justificativas do Senado Federal para modificar o art. 48	127

D. Conflito de regras	128
E. Administração da companhia.....	128

VI. A Empresa e o Novo Feudalismo, 131

José Carlos de Magalhães

Introdução	131
Declínio da soberania do Estado.....	134
A transformação da empresa – os feudos da atualidade	135
Conflitos de interesses: Estado x empresa privada.....	138
A diplomacia das empresas.....	141
O Estado refém de feudos empresariais.....	143
As empresas militares	145
Reflexos no Brasil: empresas privadas de vigilância e transporte.....	147

VII. Aspectos Tributários da Holding, 149

José Henrique Longo

1. Agradecimento	149
2. Considerações iniciais.....	149
3. Imposto de Renda.....	151
3.1. Conferência de bem ou direito pela pessoa física	151
3.2. Contabilização do bem pela holding.....	152
3.2.1. Holding de participação.....	152
3.2.2. Holding imobiliária	156
3.3. Rendimentos.....	158
3.3.1. Holding de participação.....	158
3.3.2. Holding imobiliária	163
4. Imposto sobre Transmissão de Bem Imóvel.....	166
5. Conclusão	172

VIII. A Dissolução Parcial nas Sociedades Empresárias, 173

Leonardo Moreira Costa de Souza

Natasha Midori Hinata

1. Dissolução Parcial nas Sociedades Empresárias.....	173
2. Sociedades Limitadas.....	174
2.1. Sociedade de Pessoas. <i>Intuitu personae e affectio societatis</i>	175

2.1.1. Restrições à transferência de quotas.....	176
2.1.2. A sucessão nas sociedades limitadas.....	177
2.2. A Dissolução Parcial nas Sociedades Limitadas.....	179
3. Sociedades por Ações.....	182
3.1. Sociedade de Capitais. A natureza das ações.....	183
3.2. O “fim” da sociedade anônima.....	183
3.3. A (in)compatibilidade do instituto com as sociedades por ações.....	184
4. Mecanismos de Prevenção de Conflito. A importância da definição de regras prévias.....	190
4.1. Apuração de Haveres. Critérios de Realização.....	192
5. Conclusões.....	195
6. Referências Bibliográficas.....	197

IX. Nove Sugestões para Vender Bem a sua Empresa, 199

Luiz Fernando Halembeck

1. Contrate um assessor financeiro.....	199
2. Prepare a sua contabilidade.....	200
3. Envolve um advogado especializado.....	200
4. Descubra seus pontos frágeis.....	201
5. Entenda o nível de responsabilidade do contrato (NRC).....	201
6. Descubra o seu grau de aptidão para a transação (GAT).....	202
7. Entenda a diferença entre vender e se associar.....	202
8. Não tenha pressa.....	203
9. Não se esqueça do seu negócio.....	203
Anexo 1.....	203
Anexo 2.....	208
Anexo 3.....	214

X. Dissolução Parcial, Apuração de Haveres e a Incidência de Juros Moratórios, 219

Paulo Henrique dos Santos Lucon

I. Introdução ao tema.....	219
II. Dissolução parcial e apuração de haveres.....	219
III. Incidência de juros desde a citação.....	225
IV. Encerramento.....	234

XI. L'Adaptation du Cadre Juridique des Entreprises Françaises face a la Pandemie, 237

Philippe Peyramaure

I. Le cadre general retenu par la france.....	237
1. Le cadre européen.....	238
2. L'instauration légale d'un dispositif de garantie par l'Etat français	239
a. Domaine d'application de cette garantie	239
b. La nature des prêts susceptibles de bénéficier de la garantie	240
c. Caractéristiques de la garantie de l'Etat	241
d. Le rôle des banques	241
II. panorama des mesures prises dans l'urgence et de l'evolution du cadre juridique.....	242
A. Quelques exemples de l'utilisation de principes existant	243
1. L'exception d'inexécution.	243
2. La force majeure	244
3. L'imprévision	245
B. L'aménagement des textes existant.....	245
1. Le recours aux procédures amiables de prévention des difficultés des entreprises.....	245
a. Le mandat ad hoc.....	246
b. La conciliation.	247
2. L'aménagement des procédures collectives.....	248
3. Le domaine du droit social	249
a. Le télé-travail (travail à distance).....	249
b. L'activité partielle.....	249
c. Les accords de performance collective.....	250
d. La prise en compte du contexte sanitaire dans l'obligation de sécurité	250
C. La prorogation des délais de Justice	251
D. La perturbation assumée du fonctionnement des sociétés	253
1. Les règles exceptionnelles dans la gestion des sociétés.....	253
2. Le fonctionnement des assemblés	254
III. Comment accompagner la sortie de crise ?.....	255
1. Les prêts participatifs.....	256
a. Les PPSE.....	257
b. Peut- on imaginer une utilisation judiciaire de cette technique des concours participatifs ?	261

XII. Sociedade Anônima do Futebol (SAF): Aspectos Societários e Tributários, 265

Roberto Duque Estrada

Eduardo Barboza Muniz

I. Introdução	265
II. Contextualização das SAFs.....	266
III. Natureza jurídica, atividades centrais e a constituição das SAFs	269
IV. Formação do capital da SAF e a sucessão dos direitos	273
V. Responsabilidade por passivos	275
VI. Falência e recuperação judicial.....	277
VII. Debentures-fut.....	278
VIII. Regime de Tributação Específica do Futebol.....	279
IX. Considerações finais	280
Referências bibliográficas	281

XIII. Questões Processuais e Materiais da Dissolução Parcial de Sociedade, 283

Sérgio Mourão Corrêa Lima

1. Substrato teórico preliminar	283
2. Substrato teórico sobre dissolução de sociedade	289
2.3. Dissolução total de sociedade.....	291
2.4. Dissolução parcial de sociedade	294
3. Questões materiais e processuais da dissolução parcial de sociedade, na jurisprudência brasileira	301
4. Conclusões.....	308
5. Referências bibliográficas.....	309

XIV. A ponte entre Direito Processual e Direito Material: A Importância do Contraditório na Exclusão Extrajudicial de Sócio Minoritário, 311

Rodrigo Fux

1. Introdução	311
2. Exclusão de Sócio Minoritário de Sociedades Limitadas	312
2.1. Expressa Previsão no Contrato Social.....	315
2.2. Deliberação pela Maioria dos Sócios	317
2.3. Justa Causa ou Falta Grave	319

2.4. A Cientificação do Excluendo	322
3. Contraditório Participativo	324
4. Conclusões	328
5. Referências Bibliográficas	329

**XV. Da desconsideração *atributiva* da personalidade jurídica
no âmbito da Lei nº 5.709/71 e seus efeitos sobre a aquisição
de terras rurais por estrangeiros, 331**

Fernando Kuyven

Felipe Ronco

I. Das disposições legais sobre a aquisição e o arrendamento de terras rurais por estrangeiros	331
II. Da <i>ratio legis</i> da Lei nº 5.709/1971 e de sua respectiva regulamentação	333
III. Da equiparação promovida pela Lei nº 5.709/71 entre sociedades brasileiras e sócios estrangeiros para o fim específico de aplicação das restrições à aquisição de imóveis rurais	334
IV. Das <i>dimensões</i> do direito de propriedade e seus reflexos sobre a questão	345
V. Do requisito de “maioria do capital social” à luz da finalidade da Lei nº 5.709, de 1971	349

**PARTE VII
REESTRUTURAÇÃO DE
EMPRESAS E INSOLVÊNCIA, 355**

**I. Notas sobre Insolvência Transnacional, Cooperação
Jurídica Internacional e Arbitragem no Novo Capítulo VI-A
da Lei nº 11.101/2005: a adoção da Lei-Modelo da
UNCITRAL pelo Brasil, 357**

Fabiane Verçosa

1. Introdução	357
2. A Lei-Modelo da UNCITRAL e sua incorporação pelo Brasil: aspectos gerais	358

3. O Novo Capítulo VI-A da Lei nº 11.101/2005	362
3.1. Incidência	362
3.2. Regras sobre jurisdição internacional e prevenção.....	363
3.3. A dispensa de carta rogatória para a intimação de credores que não sejam domiciliados no Brasil.....	364
3.4. O reconhecimento de processos estrangeiros	365
4. A Resolução nº 394 do CNJ	369
5. Arbitragem	371
6. Conclusão	372

II. Classificação do Risco das Operações de Crédito: a Resolução 2.682/1999 CMN Alterada pela Resolução 4.966/2021 CMN, 373

Gabriel de Orleans e Bragança

Henrique de Oliveira Lima Braga

Marcelo Barbosa Sacramone

Introdução	373
1. O dever de informar o risco das operações de crédito e os critérios para apuração do risco	374
2. A “mora autorizada” e a “renegociação”: não obrigatoriedade de agravamento do <i>rating</i> de risco das operações de crédito.....	379
3. A Resolução 4.966 de 25 de novembro de 2021: breves apontamentos com relação ao sistema de <i>rating</i> do risco de crédito	383
Conclusão	389
Referências bibliográficas	390

III. O Inferno são os Outros: Análise Comparativa Empírica entre as Causas de Pedir em Recuperações Judiciais e as Medidas Propostas nos Planos de Recuperação, 393

José Marcelo Martins Proença

Eduardo da Silva Mattos

1. Introdução: contextualização e problema de pesquisa	393
2. A base e coleta de dados	397
3. As causas concretas dos pedidos de recuperação judicial.....	399
4. Os meios de recuperação previstos nos planos	405
5. Análise comparativa crítica	410

6. Conclusão	422
7. Referências.....	424

**IV. Fisco Não pode Requerer Falência por Débito
da Recuperanda – Ilegitimidade e Falta de
Interesse de Agir – Pedido que Caracteriza
Abuso de Direito e Litigância de Má-Fé, 427**

Manoel Justino Bezerra Filho

Introdução	427
Ausente previsão legal específica, a falência não pode ser decretada	428
A posição da doutrina.....	429
Impossibilidade de pedido de falência com base na reforma trazida pela Lei 14.112/2020.....	430
O pedido de falência como abuso de direito, coação moral e sanção político tributária	432
Impossibilidade de decreto de falência por descumprimento do art. 57, a partir da reforma da Lei 14.112/2020	437
Impossibilidade de decretação da falência de ofício pelo poder judiciário	438
Conclusão	440
Bibliografia	442

**V. Caso Samarco: Responsabilidade solidária por danos ambientais.
Direito de regresso em caso de adimplemento de obrigações
comuns. Concursalidade dos créditos relacionados
ao dano ambiental estipulados no termo
de ajustamento de conduta, 443**

Paulo Fernando Campos Salles de Toledo

I. A consulta	443
II. A Samarco	443
III. O rompimento da barragem de fundão e suas consequências.....	444
IV. O pedido de recuperação judicial	447
V. O parecer	450
V.1. Da origem e atual estágio do TTAC e acordos correlatos.....	450
V.2. Dos objetivos e obrigações dispostas no TTAC e TAC Governança.....	454
V.3. Da natureza ambiental do dano e a inafastável solidariedade entre Samarco, Vale e BHP	458

V.4. Indivisibilidade da tutela de interesses e direitos transindividuais.....	465
V.5. Da natureza do termo de ajustamento de conduta e da impossibilidade de transacionar ou renunciar direitos postulados em ação civil pública.....	466
V.6. Legitimação ativa para exigir o cumprimento do TTAC e acordos correlatos	469
V.7. Alternatividade entre os devedores solidários e direito de regresso em caso de adimplemento de obrigações comuns.	471
V.8. Concursabilidade dos créditos relacionados ao dano ambiental e estipulados no TTAC e acordos correlatos.....	472
V.9. Tratamento equânime de credores submetidos a uma mesma classe e em condições similares.....	479
VI. Resposta aos quesitos.....	483

VI. A Insolvência Empresarial e os Meios Preventivos, 489

Paulo Penalva Santos

1. Introdução	489
2. Evolução da legislação brasileira	489
3. Novos meios preventivos.....	493
4. A lei nº 11.101/2005.....	494
5. Recuperação extrajudicial.....	495
6. Modalidades de recuperação extrajudicial	499
7. Alterações na recuperação extrajudicial introduzidas pela Lei nº 14.112/2020	500
8. Os novos institutos: a conciliação e mediação antecedentes.....	502
9. Conclusão	504
Referências	504

VII. A Modernização da Legislação de Insolvência, 507

Thomas Benes Felsberg

Victoria Vaccari Villela Boacnin

1. Introdução	507
2. Questões centrais da aplicação da LFRE na atualidade.....	508
2.1. Alteração na estrutura de poder	508

2.2. Ampliação do rol de credores não sujeitos aos processos de recuperação judicial e extrajudicial.....	509
3. Análise da reforma – o que melhorou e o que faltou.....	513
3.1. Plano Alternativo dos Credores – Art. 56 da LFRE.....	513
3.2. Possibilidade de antecipação do período de fiscalização judicial – Art. 61 da LFRE	514
3.3. Insolvência Transnacional – Art. 167-A e seguintes	516
3.4. Substituição da decisão assemblear por termo de adesão – Art. 39, §4º, I.....	517
3.5. Positivção do <i>DIP Loan</i> – Art. 69-A e seguintes	518
3.6. Alienação integral da empresa – Art. 50, XVIII.....	519
3.7. Consolidação Processual e Substancial – Art. 69-G e seguintes	521
3.8. Mediação no Processo de Insolvência – Art. 20-A e seguintes	522
3.9. Alienação de ativos na falência – Art. 141 e seguintes	525
3.10. Extinção das obrigações na falência: <i>Fresh Start</i> – Art. 158	527
4. Conclusão	528
5. Referências e bibliografia	528

PARTE VIII

CONTRATOS E TEMAS DE DIREITO PRIVADO, 531

I. Seguro de Grandes Riscos: Disciplina Jurídica no Direito Brasileiro Atual, 533

Bruno Miragem

1. Introdução	533
2. A disciplina especial do seguro de grandes riscos.....	535
2.1. Critérios para determinação da noção de grandes riscos.....	536
2.2. Efeitos da disciplina especial do seguro de grandes riscos.....	541
3. Distinções da disciplina do seguro de grandes riscos em relação ao regime comum dos contratos de seguro	544
3.1. Autonomia privada e relação entre segurador e segurado: o seguro de grandes riscos não é um contrato de adesão?	546
3.2. Repercussões da disciplina do seguro de grandes riscos	553
3.2.1. Formação e conteúdo do contrato.....	554
3.2.2. Interpretação do contrato.....	557

4. Considerações finais.....	558
------------------------------	-----

II. Uma Nota sobre o Conceito Jurídico de Liberdade e sobre a Compreensão Intersubjetiva dos Direitos da Personalidade, 561

Claudio Luiz Bueno de Godoy

O problema	561
A liberdade	561
Os direitos da personalidade.....	566
Concluindo.....	568
Referências bibliográficas	569

III. Contrato Preliminar: Análise da Cessaçã de sua Eficácia a Partir da Celebração do Contrato Definitivo, 571

Giovanni Ettore Nanni

Introdução	571
1. Noção	572
2. Função e conteúdo	576
3. Cessaçã de eficácia do contrato preliminar: perspectivas estática e dinâmica.....	581
3.1 Extinção do contrato preliminar: visão estática	582
3.2 Perspectiva dinâmica: cessaçã de eficácia primordial do contrato preliminar e não propriamente sua total extinção	583
3.3 Eficácia decorrente da celebração do contrato definitivo: relação sucessiva-suplantada.....	587
Considerações conclusivas	589

IV. O Perfil das Garantias Autônomas no Direito Brasileiro, 591

Gustavo Tepedino

Danielle Tavares Peçanha

1. Introdução	591
2. Noções gerais e desenvolvimento das garantias autônomas	593
3. Garantias autônomas <i>vs.</i> Garantias tradicionais: notas sobre acessoriedade e autonomia das garantias	598

4. Vantagens e limites das garantias autônomas.....	604
5. Conclusão	610
Referências Bibliográficas	611

V. Para Além do *Sandbox* Regulatório..., 615

Ilan Goldberg

VI. Preservação do Patrimônio Histórico e Transferência do Direito de Construir de Imóveis Tombados em São Paulo/ SP: análise da utilização do potencial construtivo no âmbito do “Projeto de Intervenção Urbana / PIU – Setor Central” (Projeto de Lei nº 712/2020), 625

Pierre Moreau

Renato Xavier da Silveira Rosa

1. Introdução	625
2. Tombamento e proteção do patrimônio histórico	626
3. Transferência do direito de construir em São Paulo/SP	631
4. Projeto de Intervenção Urbana (PIU) Setor Central	634
5. Conclusão	636
Referências Bibliográficas.....	637

VII. Antijuridicidade como Requisito da Responsabilidade Civil Extracontratual, 639

Rafael Peteffi da Silva

1. Introdução	639
2. Amplitude Conceitual e Conteúdo da Antijuridicidade	641
2.1. Panorama geral da terminologia da antijuridicidade	641
2.2. Ilícitude Objetiva e Ilícitude Subjetiva.....	647
2.3. Antijuridicidade formal e material: o conteúdo do conceito jurídico de antijuridicidade.....	653
3. <i>Locus</i> e Abrangência Operacional da Antijuridicidade.....	659
3.1. <i>Locus</i> operacional da antijuridicidade: conduta ou resultado (dano)?	659
3.2. O fator de avaliação da antijuridicidade: desvalor da conduta ou desvalor do resultado?	664
4. Antijuridicidade como pressuposto da responsabilidade civil.....	673

4.1. Correntes que não aceitam a antijuridicidade como um pressuposto autônomo da responsabilidade civil.....	674
4.1.1. A irrelevância da antijuridicidade como pressuposto da responsabilidade civil.....	674
4.1.2. Falta de autonomia da antijuridicidade como pressuposto da responsabilidade civil	676
4.2. A antijuridicidade como pressuposto autônomo para o surgimento do dever de indenizar.....	677
4.2.1. A antijuridicidade como quebra de um “dever de cuidado” (<i>duty of care</i>).....	678
4.2.2. O afastamento da antijuridicidade somente nas hipóteses de observância de causas de justificação	679
5. Conclusão	683
Referências Bibliográficas	684

VIII. Individualidade e Pluralidade de Contratos, 687

Rodrigo Xavier Leonardo

● *tavio Luiz Rodrigues Jr.*

Introdução	687
I. A unidade e a pluralidade de contratos.....	687
II. A união de contratos.....	692
III. Um olhar sobre as polaridades: dos contratos mistos aos contratos unidos externamente	694
Referências bibliográficas	696

PARTE IX

PROCESSO EMPRESARIAL E ARBITRAGEM, 699

I. Fraude à Execução quando há Pedido de Desconsideração da Personalidade Jurídica, 701

Ana Tereza Basilio

Álvaro Ferraz

1. Introdução	701
2. Fraude à execução	701

3. Desconsideração da personalidade jurídica.....	704
4. Fraude à execução na desconsideração da personalidade jurídica	707
5. Conclusão	712
6. Referências bibliográficas.....	713

II. Arbitragem e Ordem Pública – Corrupção e suas Especificidades, 715

Cláudio Finkelstein

1. Introdução	715
2. Conceito de ordem pública	716
2.1. Do conceito de ordem pública na arbitragem internacional.....	719
3. Casos relacionados à ordem pública no Brasil.....	720
4. A corrupção na arbitragem	725
4.1. Casos que relacionam a corrupção e ordem pública	728

III. Arbitragem – Pedidos Indenizatórios Decorrentes de Contratos de M&A, 733

Fernando Eduardo Serec

I. Introdução.....	733
II. Disputas Relativas às Cláusulas de Indenização.....	734
III. Algumas Disputas Arbitrais envolvendo Pedidos de Indenização derivados de M&As	739
IV. Conclusão	743

IV. Tutela da Evidência e seus Efeitos Práticos, 745

Fernando Pereira Zacharias

1. Introdução	745
2. Natureza jurídica e seus aspectos processuais.....	747
3. Similaridade com outros institutos: caráter satisfativo, exauriente e irreversibilidade.....	750
4. Aplicação (executoriedade) e seus efeitos práticos: tutela provisória ou definitiva?	753
5. Conclusão	758
Referências	759

**V. Produção Antecipada de Prova sem Requisito da Urgência:
Colheita de Prova que Envolve Fato, Pessoas e Patrimônio
Situados Fora do Brasil, 761**

Flávio Luiz Yarsbell

I. Brevíssimas palavras ao homenageado (antes do objeto do trabalho).....	761
II. Finalidade e limites da antecipação da prova na forma estabelecida pelo art. 381, III do CPC.....	762
III. Da competência do Judiciário brasileiro	772

**VI. As Garantias de Cumprimento
da Sentença Arbitral, 781**

Gilberto Giusti

I. A Modéstia de um Grande Homem	781
II. Introdução ao Tema	782
III. As Garantias Não Punitivas (Preventivas).....	785
IV. As Garantias Punitivas.....	791
V. Conclusão.....	796

**VII. Produção da Prova em Ações Derivadas:
Uma Dificuldade que Persiste?, 799**

Guilherme Setoguti J. Pereira

André Elias Schwartz

Introdução	799
I. Requisitos para o sucesso das ações derivadas: a efetividade da produção da prova	801
II. A dificuldade com a produção da prova no Brasil: ausência de resposta normativa?	803
a) O que mudou desde o CPC/73	803
i. Distribuição do ônus da prova	803
ii. Produção antecipada da prova.....	806
b) A produção da prova na prática das ações derivadas.....	808
III. Conclusão.....	811

VIII. Jurisdição Arbitral no Conflito Trabalhista, 813

João Paulo Hecker

Ronaldo Vasconcelos

1. Introdução	813
2. Disponibilidade de direitos	815
3. Distinção da arbitragem trabalhista e arbitragem cível	820
3.1. Limites à Arbitragem Trabalhista	823
4. Competência.....	827
4.1. Da competência do STJ.....	829
5. Arbitrabilidade.....	831
6. Conclusão	834
7. Bibliografia	836

IX. Nulidade da Sentença por Defeito de Motivação na Jurisprudência do STJ, 839

José Rogério Cruz e Tucci

1. Introdução	839
2. Nulidade decorrente de mera reprodução de fundamento legal (art. 489, § 1º, I)	840
3. Nulidade decorrente da fundamentação genérica em “conceitos jurídicos indeterminados” (art. 489, § 1º, II).....	841
4. Nulidade decorrente de fundamentação padronizada (art. 489, § 1º, III)	841
5. Nulidade decorrente de motivação insuficiente (art. 489, § 1º, IV).....	843
6. Nulidade decorrente de invocação impertinente de súmula ou precedente (art. 489, § 1º, V).....	845
7. Nulidade decorrente do desrespeito injustificado a súmula, jurisprudência ou precedente (art. 489, § 1º, VI)	848
8. Nulidade decorrente de motivação <i>aliunde</i> ou <i>per relationem</i>	849
9. Exigência de justificação na hipótese de colisão de normas (art. 489, § 2º).....	850
10. Consequências da sentença considerada desmotivada.....	855
Bibliografia	857

**X. O Perfil do Contencioso Societário Brasileiro:
A Predominância de Ações Anulatórias de Deliberação
Assemblear Relativamente a Ações Indenizatórias, 859**

André Elias Schwartz

Mariana Pargendler

Introdução	859
I. A visão das ações anulatórias como “válvulas de escape” na <i>civil law</i>	861
II. As ações indenizatória e anulatória de deliberação assemblear no sistema brasileiro	867
III. Perfil de litigância societária no Brasil: ações indenizatórias e anulatórias de deliberação assemblear no TJSP (2015-2020)	871
IV. Conclusão	877

XI. A Súmula na Constituição, 879

Roberto Rosas

**XII. Homologação da Decisão Estrangeira
e Concessão do *Exequatur* sob a Égide dos
Direitos Fundamentais e do Processo Justo, 883**

Sidnei Beneti

1. Flexibilidade estatal e estabilidade processual	883
2. Tempos do exclusivismo do direito nacional	885
3. A internacionalidade material e processual	886
4. Internacionalidade dos direitos fundamentais	889
5. Jurisdições estrangeiras e valores jurídicos universais	891
6. Direitos fundamentais processuais	893
7. Ofensa à ordem pública por violação de Direitos processuais fundamentais	894
8. Direitos processuais fundamentais: direitos de mão dupla	895
9. Processo justo e boa-fé objetiva na comunidade jurídica internacional	896
10. A instrumentalidade do processo a serviço de direitos fundamentais	898
11. O fator processual em prol das decisões internacionais	899
Bibliografia	900

XIII. Transparência das Arbitragens Coletivas que Envolvem Companhias Abertas: Os Avanços da Resolução CVM nº 80/2022, 903

Viviane Muller Prado

Daniela Monteiro Gabbay

Fernanda Farina Mansur

Introdução	903
1. O problema da divulgação das arbitragens por companhias abertas....	905
2. Divulgação de demandas societárias de acordo com a Resolução CVM nº 80/2022	910
3. As novas regras e desafios na proteção efetiva de investidores em arbitragens coletivas.....	914
Conclusão: desafios para além da transparência.....	921
Referências	922

PARTE X DIREITO PÚBLICO, 925

I. Concessões, Riscos e *Performance Bonds*: Uma Contribuição de Modesto Carvalhosa, 927

Affonso Celso Pastore

Introdução	927
As concessões	927
Os riscos	929
Contratos incompletos, seleção adversa e <i>moral hazard</i>	930
As <i>performance bonds</i>	931
Uma pergunta sem resposta.....	933

II. Introdução às Normas Processuais de Tutela da Probidade Administrativa e a Indisponibilidade de Bens na Nova Lei de Improbidade, 935

Benedito Gonçalves

Renato Cesar Guedes Grilo

O princípio constitucional da cidadania e da participação na lei de improbidade administrativa	938
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

A tutela de urgência de natureza cautelar de indisponibilidade de bens na improbidade administrativa	943
Conclusão.....	946
Referências	947

III. Conflito de Competências Federativas e Mútua Deferência na Organização de Serviços Públicos, 949

Carlos Ari Sundfeld

Jacinto Arruda Câmara

Introdução	949
1. Definições legais de gasoduto de transporte	950
2. Limites legais ao exercício da competência da ANP para classificar gasodutos.....	954
3. Diretrizes constitucionais para distinção entre transporte e distribuição local.....	957
Conclusão.....	961
Referências	962

IV. Urnas Eletrônicas: Um Pouco de sua História, 963

Carlos Mário da Silva Velloso

I. Palavras iniciais	963
As eleições na Primeira República, a criação e a extinção da Justiça Eleitoral.....	964
II. A restauração da Justiça Eleitoral	965
III. A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento do processo eleitoral.....	966
IV. A urna eletrônica.	968
V. A Comissão dos Notáveis e as subcomissões temáticas	970
VI. O Grupo de trabalho para implementação do voto eletrônico	973
VII. O voto eletrônico: a extinção do mapismo.....	975
VIII. O voto eletrônico torna-se realidade	976
IX. O apoio do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.....	978
X. A Comissão de Notáveis de 2005.....	979
XI. A urna eletrônica: segurança e rapidez.....	981

XII. A urna eletrônica no exterior	983
XIII. A urna eletrônica, hoje.....	985
XIV. Conclusão	985

**V. Direitos Humanos no Supremo Tribunal
Federal: o tempo da transição, 987**

Francisco Rezek

**VI. Desigualdade de Oportunidade: Reflexões sobre as Normas
que Regulam a Participação das Mulheres na Política, 997**

José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro

**VII. Razoabilidade e Proporcionalidade e os Limites
da Discricionariedade Administrativa, 1007**

Massami Uyeda

VIII. Conselho Nacional de Justiça, 1017

Newton De Lucca

I. Considerações introdutórias: uma escolha difícil.....	1017
II. Tema escolhido: do Conselho Nacional de Justiça.....	1021
III. Proposta do Professor Carvalhosa	1026
IV. Considerações finais.....	1033

IX. O Império da Lei, 1039

Ricardo Mariz de Oliveira